

Cresce a dívida dos estados

Só para a rolagem, Governo terá que dispor de US\$ 4 bi

A previsão inicial de que a rolagem das dívidas interna e externa dos estados, incluindo os encargos, exigiria a mobilização de recursos federais da ordem de 3,5 bilhões de dólares está sendo considerada ultrapassada, face à elevada taxa de inflação que amplia consideravelmente os encargos da correção monetária. Já se faz cálculos com base num dispêndio de 4 bilhões de dólares.

Mas além da rolagem — uma troca de uma dívida que está se vencendo por outra nova, do mesmo valor, com vencimento mais longo, os governadores querem dinheiro novo, ou seja, recursos federais que nem estejam vinculados aos fundos de participação, nem à rolagem das dívidas interna e externa e nem às dotações orçamentárias normais para a realização de programas do Governo Federal nos estados.

DINHEIRO NOVO

Para os governadores, dinheiro novo significa a abertura de novas linhas de crédito junto às instituições financeiras oficiais; a montagem de novos projetos e programas, com financiamento federal, utilizando-se ou não recursos do orca-

mento geral da União, assim como a identificação das oportunidades de investimentos em projetos financiados pelo Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Como dinheiro novo, por exemplo, não vale a concessão de empréstimos pelo Banco do Brasil à conta de antecipação de receita, pois isso representa o bloqueio, pela instituição oficial, de receitas do ICM que os estados esperam auferir. O Governo Federal autorizou o Banco do Brasil a reabrir esse tipo de assistência financeira. Os estados estão contraindo esses empréstimos, mas os governadores têm alertado que isso é insuficiente.

Os mais próximos do Planalto já tiveram acesso a recursos a fundo perdido — que não precisam ser devolvidos — oriundos da obscura e pouco conhecida RFE — Reserva do Fundo Especial — constituída de uma parcela dos recursos alocados no Fundo de Participação dos Estados. Trata-se de uma verba que poderá alcançar de Cz\$ 20 bilhões a Cz\$ 30 bilhões até o final do exercício, a qual é distribuída sem maiores exigências aos beneficiados por parte do Governo Federal.

A RFE não está identificada no orçamento geral da União. Cabe ao Presidente da República, através do Ministério do Planejamento, manipulá-la sem maiores controles, e dos beneficiados não se exige sequer uma prestação de contas, pelo menos na maioria dos casos. A liberação desse dinheiro depende de uma exposição de motivos do ministro do Planejamento ao Presidente da República, com uma sucinta declaração das aplicações previstas. Porém, o *Diário Oficial* publica apenas um resumo da autorização, sem indicar seu valor e onde o dinheiro vai ser aplicado.

O governador do Ceará, Tasso Jereissati, foi um dos primeiros a ter acesso aos recursos secretos da RFE, através de uma exposição de motivos de 26 do mês passado, encaminhada ao presidente da República pelo ministro do Planejamento, cujo texto não foi publicado no *Diário Oficial da União*. Sabe-se que o dinheiro, de valor também desconhecido do público, destina-se a financiar projetos de natureza econômico-social, e também à cobertura de déficit corrente do Estado.